





É o relatório.

A respeito do primeiro aspecto, devemos relembrar que a Lei supracitada foi de fundamental importância para a regularização fundiária de núcleos urbanos informais, com o propósito de ampliar o direito à moradia e promover inclusão social. Trouxe segurança jurídica para os moradores, tendo em vista a possibilidade de concessão de títulos de propriedade das áreas ocupadas. Ressalta-se que a inclusão desses imóveis na economia formal possibilita aos proprietários acesso ao crédito e contribui para o desenvolvimento da atividade econômica. Além disso, possibilita o uso de recursos públicos para investimento em infraestrutura e serviços, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.





Quanto às atividades dos profissionais ligados ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), parece que um dos propósitos que se almeja é a definição de quem seriam os profissionais habilitados a realizar determinadas atividades associadas à regularização fundiária motivo pelo qual entendendo importante incluir o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA).

Por outro lado, concordamos com o Autor que a ausência da expressão “Termo de Responsabilidade Técnica – TRT” poderia criar dúvidas em relação à aplicação da Lei nº 13.465, de 2017, no caso de técnico desempenhando atividade para a qual é competente. Dessa forma, tendo em vista as adaptações para inclusão da citada expressão onde necessária, de modo a resguardar a atuação dos técnicos industriais em atividades de regularização fundiária, propomos o substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada LÊDA BORGES
Relatora



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lêda Borges





COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.905, DE 2023

Altera a Lei nº 13.465, de 2017, para incluir o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) entre os documentos associados a profissionais legalmente habilitados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.465, de 11 de julho 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, para incluir as instituições religiosas, as instituições de assistência social e as sem fins lucrativos e incluir o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) entre os documentos associados a profissionais legalmente habilitados.

Art. 2º A Lei nº 13.465, de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13.

§ 8o. A Reurb de Interesse Específico (Reurb – E) poderá ser aplicada em único imóvel isoladamente, desde que atendidas as condições previstas no § 2o. do art. 9o. e demais garantias assecuratórias da legitimidade do interessado, podendo incluir as instituições religiosas, as instituições de assistência social e as sem fins lucrativos.

.....” (NR)

“Art. 35.

I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes





....." (NR)

“Art. 36.

§ 6º. A planta e o memorial descritivo deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, dispensada a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) e Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando o responsável técnico for servidor ou empregado público.

....." (NR)

“Art. 69.

 $\S 1^0$

I - planta da área em regularização assinada pelo interessado responsável pela regularização e por profissional legalmente habilitado, acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), do Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) quando não houver CRT



Tel (61) 3215-5742 | dep.ledaborges@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://inteligencia.deficienciaeassimilacao.camara.leg.br/ACD47802020000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lêda Borges



....." (NR)

....." (NR)

Sala da Comissão, em de de 2024.

Relatora



Tel (61) 3215-5742 | dep.ledaborges@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://inteligenciajudicialde-assinatura.camara.leg.br/ACD4780202020>

Apresentação: 02/12/2024 10:19:30.987 - CDU
PRL 4 CDU => PL 1905/2023

PRL n.4

